

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1476 | 27/05/2019 a 02/06/2019

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

PULVERIZAÇÃO AÉREA

MANEJO EFICIENTE DA LAVOURA PELO AR

Aviação agrícola é uma importante ferramenta para a agricultura, pela sua rapidez e precisão no combate a pragas e doenças

sistemafaep.org.br

Aos leitores

O uso de uma tecnologia não exclui a outra. Ao contrário, em praticamente todas as situações, uma acaba complementando a outra e tornando o processo ainda mais bem-sucedido. No caso do manejo das lavouras do Paraná (e do Brasil também), o uso da pulverização aérea se faz tão necessário quando a terrestre, pois dependendo da cultura, das condições climáticas e do estado do solo, tratores não conseguem adentrar para realizar a aplicação.

Mas ao invés de somar para garantir a produtividade e a produção agrícola no Estado, alguns deputados estaduais parecem querer subtrair tecnologias dos produtores. Tanto que um Projeto de Lei pretende proibir a pulverização aérea no Estado.

Caso aprovado, o veto de uso desta tecnologia seria um verdadeiro retrocesso para o agronegócio estadual, conforme mostra a matéria de capa deste Boletim. Algumas culturas simplesmente se tornariam inviáveis! Produtores teriam mais dificuldade de controlar doenças e pragas! E ainda, o custo de produção aumentaria, assim como o preço dos alimentos para a população!

A pulverização aérea já é utilizada no Brasil há mais de 70 anos. Na última década, o setor teve um crescimento exponencial, sempre sob a tutela de uma rígida regulamentação. Ou seja, basta fiscalizar a pulverização aérea, e não restringir o uso da mesma. O campo não precisa deste retrocesso!

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pode-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1476:

Fernando Santos, Bruna Fioroni, Claudia Muniz/Balada Perfeita, Aldinei Andreis/Jornal Paraná Centro, Geysica Reis, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



PULVERIZAÇÃO AÉREA

Tecnologia é uma importante ferramenta no manejo das lavouras do Paraná, pela rapidez e precisão na aplicação de defensivos

PÁG. 12

CAPACITAÇÃO

FAEP irá realizar cursos na área ambiental para capacitar sindicatos em relação ao convênio com o IAP

Pág. 3

FEIJÃO

Evento organizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR debateu os desafios da cadeia produtiva da leguminosa

Pág. 4

CAR

Produtor precisa manter o cadastro regularizado para realizar operações, como contratação de crédito e seguro

Pág. 7

LUTO

Presidente do Sindicato de Campo Mourão, Nelson Teodoro de Oliveira, era um importante líder rural do Paraná

Pág. 20

SUSTENTABILIDADE

Sindicato Rural de Pitanga investe em centro de eventos e recinto de leilões para gerar renda

Pág. 22

FAEP promove cursos na área ambiental para sindicatos rurais

Treinamentos são voltados para o convênio com o IAP, que permite agilizar os processos de licenciamento para o setor agropecuário



Confira as datas e horários das videoconferências

Datas:

04/06 | 05/06 | 11/06 | 12/06 | 13/06

Horários: • Manhã: 9 horas às 11 horas
• Tarde: 14 horas às 16 horas

No ano passado, a FAEP e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) assinaram um convênio com o objetivo de desburocratizar e agilizar os processos de licenciamento ambiental para o setor agropecuário paranaense por meio do uso da estrutura dos sindicatos rurais para emissão de documentos e orientações técnicas. Com isso, os 174 sindicatos rurais associados à FAEP podem emitir documentos como Certidão Negativa Ambiental, Dispensa do Licenciamento Ambiental Estadual e orientar o recebimento de documentos para Licenciamento Ambiental.

Para preparar e auxiliar os sindicatos rurais neste processo, o Sistema FAEP/SENAR-PR irá promover capacitações voltadas para serviços ambientais. No total serão três treinamentos: “módulo ambiental introdutório”, “módulo ambiental básico” e “módulo ambiental avançado”. O primeiro será realizado por videoconferência, enquanto os outros dois, presencial.

“Esse convênio irá dar mais agilidade nos processos, permitindo que os nossos produtores peçam essas licenças dentro dos sindicatos. E para que isso ocorra de forma correta e ágil, precisamos capacitar os colaboradores dos sindicatos para prestarem o melhor serviço”, destaca Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Treinamento

O módulo introdutório irá esclarecer as regras do convênio entre o Sistema FAEP/SENAR-PR e o IAP, além das mudanças

na estrutura, diretrizes, normas e procedimentos do órgão, que recentemente passou por mudanças no novo governo estadual. As videoconferências irão acontecer em cinco dias na primeira quinzena de junho (confira as datas no quadro), no total de 10 turmas - uma no período da manhã e outra à tarde. Cada turma terá, no máximo, 15 participantes, sendo a prioridade aos primeiros inscritos.

A inscrição para as videoconferências deve ser pelo e-mail sindical@faep.com.br ou pelo (41) 2169-7958 ou (41) 2169-7963. É preciso enviar o nome do participante, a data e horário escolhidos. Posteriormente serão enviadas orientações para cada participante sobre o procedimento para acessar a videoconferência.

No mês de julho acontece o módulo ambiental básico, para capacitar os funcionários de sindicatos que ainda não tem familiaridade com os assuntos dos novos serviços que serão ofertados pelo convênio. Posteriormente, o módulo ambiental avançado será voltado para os novos serviços ambientais, pois o sistema via internet do governo estadual passa por aprimoramento. Os módulos presenciais ainda não estão com as datas definidas.

“Essa capacitação é mais uma que faz parte do Programa de Sustentabilidade Sindical, pois é mais uma forma de aproximar os sindicatos dos produtores, além e gerar renda para as entidades. Uma das nossas estratégias é viabilizar parcerias e convênios, sempre trazendo benefícios para o campo, explica João Lázaro, coordenador do Departamento Sindical da FAEP.

Cadeia do feijão enfrenta desafios adversos

Na década de 1970, o consumo era de 25 quilos per capita/ano, contra 15 quilos, atualmente. Na contramão, exigência por qualidade do alimento só aumenta



Representantes de todos os elos da cadeia produtiva participaram do evento em Carambeí

Apesar de o feijão continuar como item obrigatório na culinária do dia a dia dos brasileiros, o grão já teve mais protagonismo na mesa. Se na década de 1970 o consumo no país batia os 25 quilos per capita ao ano, hoje caiu para perto dos 15 quilos, conforme estimativa da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab). A perda na média geral foi, em parte, compensada pelo aumento da população. Hoje, os principais desafios são promover a retomada do crescimento desse consumo per capita, para mexer na lei da

oferta e demanda, e melhorar a qualidade da produção.

O feijão e a sua cadeia foram o centro de discussão da iniciativa “Do Campo à Mesa” que promoveu um panorama da produção, comercialização, industrialização e história do consumo do alimento. O evento realizado no dia 20 de maio, em Carambeí, nos Campos Gerais, foi organizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, Cooperativa Frísia e multinacional Syngenta. Cerca de 50 pessoas, entre técnicos, representantes de entidades governamentais, pro-

dutores e lideranças rurais estiveram presentes e puderam interagir com os palestrantes: presidente da Frísia, Renato Greidanus; gerente de negócios industriais da Frísia, Estefano Stemmer; produtor rural Geraldo Slob; coordenador do Departamento Técnico Econômico da FAEP, Jeffrey Albers; e coordenador de Cultura no Parque Histórico de Carambeí, Felipe Pedroso.

Na rotina de trabalho de Estefano Stemmer, gerente de negócios industriais da Cooperativa Frísia, em Carambeí, nos Campos Gerais, é perceptível como a exi-



Feijão: uma relação histórica

O feijão é possivelmente o alimento mais antigo a ser cultivado pelos seres humanos, segundo o historiador do Parque Histórico de Carambeí, Felipe Pedroso. “Há indícios de que os soldados de Troia, conhecidos pela sua coragem e força, eram alimentados com feijão. Os gregos de Atenas, por sua vez, usavam feijões nas votações realizadas, os mais claros para dizer ‘sim’ às questões debatidas e os mais escuros para ‘não’”, conta. “No mundo medieval, também, há indícios de que os feijões estavam presentes em guisados e outros preparos”, completa.

Pedroso conta que no Brasil já existiam variedades de feijão antes da chegada dos portugueses. Os europeus inclusive levaram essas variedades daqui para serem introduzidas à dieta do continente. “É um alimento praticamente universal. Cada cultura faz sua adaptação, mas é consumido no mundo inteiro. O alimento é cultura, é história, é identidade, ele rege a nossa vida. No Brasil, por exemplo, temos uma forma carinhosa de se referir ao feijão: é o ‘meu feijão’, que não existe em nenhum restaurante, só existe na ‘minha casa’”, reflete.

A relação da região dos Campos Gerais com o feijão é bem mais antiga do que a história recente de destaque como local de cultivo comercial, como revela o historiador. “Quando os holandeses chegaram aqui, havia pouca disponibilidade de alimentos, mas um deles era o feijão. Apesar de os imigrantes não terem o hábito de consumirem feijão em seu país de origem, aqui foram se adaptando e incorporando o alimento à dieta, até que o feijão passou a ser um dos protagonistas na mesa das famílias que viviam e que vivem aqui até hoje”, lembra.

gência por qualidade tem aumentado nos últimos anos. “Hoje, nos nossos parques industriais, os clientes não admitem qualquer indício de contaminações físicas, químicas e biológicas. Temos de ter um controle rigoroso. E para isso, não basta ter boas práticas no processamento. Para ter qualidade é preciso investir em cada elo do setor, da produção até o produto chegar no prato”, avalia.

Nesse quesito, um dos principais desafios está no fato de que a cadeia do feijão é bem menor que as culturas majoritárias, como soja e milho. Para

se ter ideia, o Paraná produziu na safra 2017/18 em torno de 600 mil toneladas da leguminosa, contra 19,1 milhões de toneladas de soja. “Em anos em que a produção de feijão tem maior qualidade, as empacadoras vêm no caminhão verificar o produto recém-colhido e levam direto para a indústria. Quando não tem tanta qualidade, o alimento não sai com essa velocidade e o produtor acaba entregando aos armazéns locais. Isso dificulta muito os investimentos e planejamento de recebimento de feijão na nossa região”, complementa Stemmer.

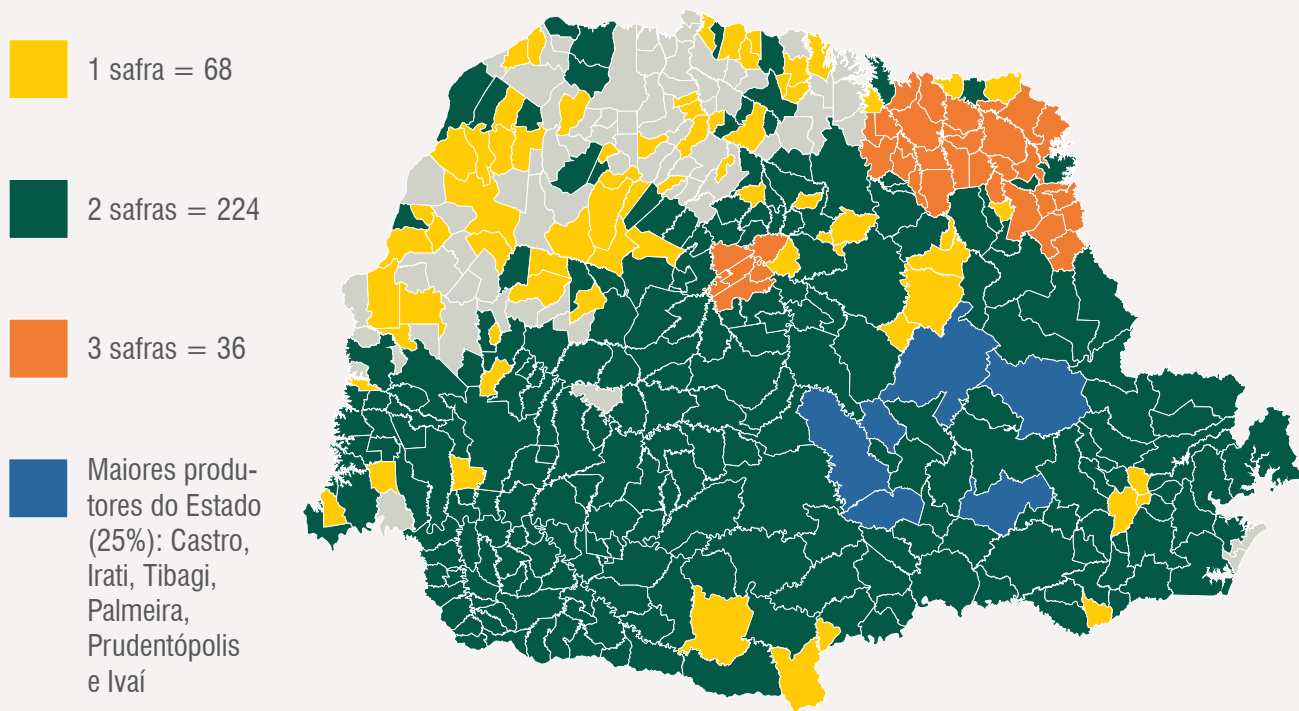
O produtor Geraldo Slob planta feijão há mais 30 anos, experiência que permite ratificar a posição do diretor da Frísia. O agricultor reflete ainda o carinho que os agropecuaristas que se dedicam ao grão têm com a cultura, tão presente nos pratos dos brasileiros. “Eu vivi a evolução, do tempo de arrancar feijão até colher com colheitadeiras grandes e eficientes. O feijão é um cultivo que necessita muito mais atenção, mais cuidado. O produtor precisa tratar a área quase como uma horta. Na hora de colher, minha esposa diz: ‘traga uma panelada’. Confiem nos produtos que saem das nossas lavouras, assim como eu confio para levar um feijão novo para a mesa da minha família”, aconselha Slob.

Profissionalização

Para o pesquisador Jose Luiz Viana de Carvalho, da Embrapa Arroz e Feijão, é necessário elevar o feijão ao posto de cultura com mais cuidados, da lavoura até a comercialização. “O Brasil está muito bem servido do ponto de vista de cultivares disponíveis, com bons índices agronômicos e tolerância às principais doenças. Como Embrapa, é preciso agora haver um passo para que o feijão se torne uma commodity, que tenha uma assistência técnica de qualidade e que os produtores possam apostar na diversificação como uma garantia maior de vender melhor suas safras”, pontua.

Nesse sentido, o coordenador do Departamento Técnico Econômico da FAEP, Jeffrey Albers, revela o tamanho da importância do feijão para o Paraná. Afinal, 329 dos 399 municípios do Estado têm alguma produção do alimento (veja o gráfico), em boa parte para subsistência, com produções comerciais de grande escala principalmente nos Campos Gerais, seguidos pelas regiões Norte e Sudoeste. “Num planejamento a longo prazo, percebe-se que o feijão é uma cultura interessante ao produtor. O preço está muito vinculado à oferta. Uma das possibilidades é investir em mais variedades e se destacar no quesito qualidade, uma exigência cada vez mais evidente dos mercados nacional e internacional”, explica.

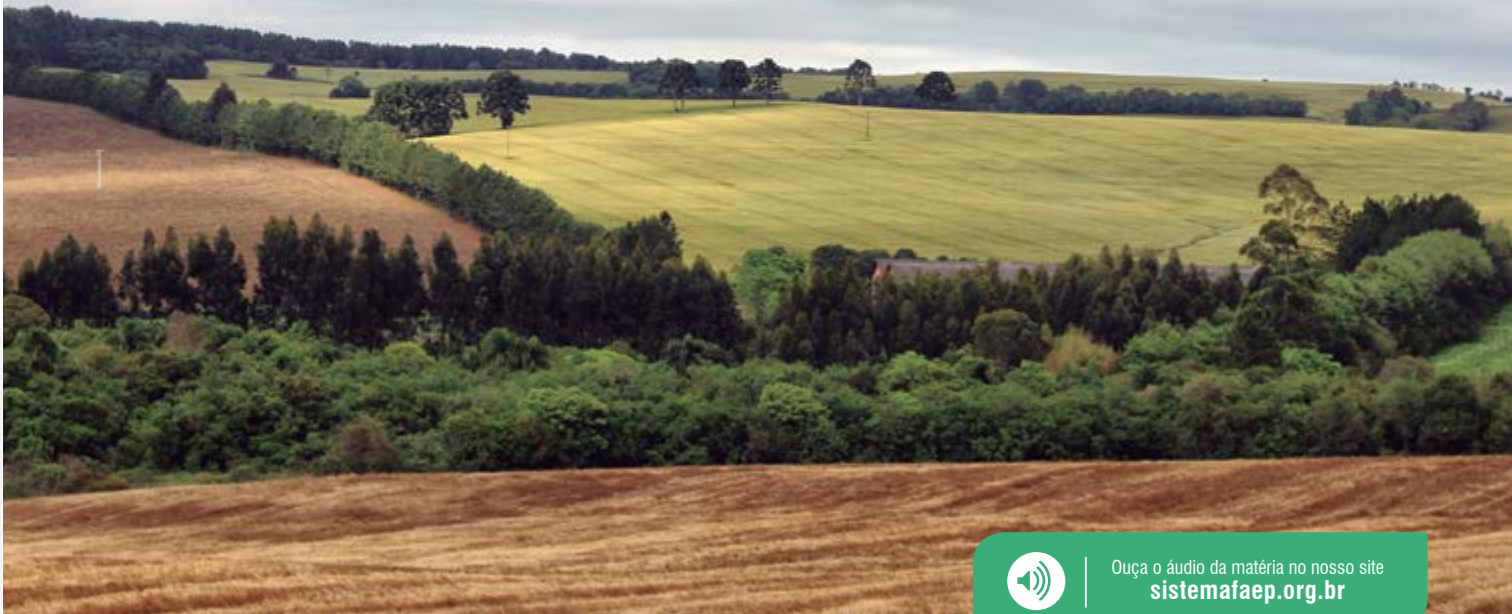
Quantidade de safras/ano por município



Fontes: IBGE e Deral/Seab
Elaboração: DTE/Sistema FAEP/SENAR-PR

O que vem depois do CAR?

A partir deste ano, Cadastro Ambiental Rural é obrigatório para realização de diversas operações, como contratação de crédito e seguro agrícola



Ouça o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) não acabou. Sim, você leu corretamente. Apesar do prazo final para o cadastramento das propriedades ter encerrado no dia 31 de dezembro de 2018, isso não significa que o processo foi finalizado. Na verdade, ele acabou de começar, como explica a engenheira agrônoma do Sistema FAEP/SENAR-PR Carla Beck. “A partir de agora todas as entidades podem solicitar oficialmente o CAR. Instituições financeiras, unidades de licenciamento ambiental e a Copel são alguns exemplos. O CAR é como se fosse a carteira de identidade da propriedade rural. Portanto, o produtor não vai conseguir fazer quase nada sem o CAR. Crédito bancário, registro de imóveis, licenciamento ambiental, todos estes processos vão exigir”, adianta.

De acordo com Carla, o CAR é o início do processo de regularização ambiental. Como a imensa maioria dos cadastros já foi realizada por parte dos produtores, agora o órgão ambiental inicia uma fase de conferência, na qual irá

avaliar possíveis irregularidades. Posteriormente, quando necessária correção, dará retorno aos proprietários. “Tem ocorrido muitos casos de sobreposição de área com outros cadastros. Nesses casos é necessária retificação”, explica.

A rigor, este processo não tem um final definido, pois a cada mudança na propriedade, como aquisição de novas áreas, desmembramentos ou pedidos para supressão de reserva nativa, por exemplo, será necessário atualizar o Cadastro Ambiental Rural. “A boa notícia é que o produtor vai poder continuar ajustando o seu cadastro enquanto for necessário”, complementa Carla.

Acompanhamento

Para verificar se consta alguma pendência do seu cadastro, o proprietário deve entrar no site do CAR (www.car.gov.br), e acessar a “Central do Proprietário/Possuidor”, onde é possível obter a segunda via do recibo, realizar a retificação do cadastro,

verificar mensagens e possíveis pendências de documentos. “Isso é importante, pois a forma como o órgão ambiental se comunica com o proprietário rural é por meio da Central do Possuidor”, explica Carla. Caso o usuário tenha dificuldade neste processo, deve procurar o seu sindicato rural local para obter auxílio.

A FAEP promoveu o treinamento de 3 mil colaboradores e técnicos de sindicatos rurais, prefeituras e entidades parceiras para auxiliar os produtores paranaenses no preenchimento do CAR. Esse verdadeiro exército de profissionais está à disposição para auxiliar aqueles que, por ventura, encontrem dificuldade no processo.

PRA

Em relação aos Programas de Regularização Ambiental (PRA), outro instrumento trazido pelo Código Florestal, a adesão a estes poderá ser feita até o dia 31 de dezembro de 2019.

Retirada da vacina atesta sanidade animal do Paraná

Rodada de encontros do Fórum Regional leva informações aos produtores sobre o novo *status* sanitário do Estado



Em Cascavel, produtores comemoraram o avanço da segurança sanitária do Estado

Por Bruna Fioroni

O pleito pelo *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação tem elevado o ânimo dos pecuaristas paranaenses, em virtude das vantagens econômicas e comerciais que o título carrega. Mas, junto a isso, o novo cenário levanta questões sobre as mudanças técnicas que ocorrerão daqui para frente.

Com o objetivo de sanar as dúvidas dos produtores e aprofundar a discussão, o Fórum Regional Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação percorreu mais três municípios em maio: Guarapuava (21), Pato Branco (22) e Cascavel (23). Os primeiros eventos ocorreram em Paranavaí (14) e Cornélio Procópio (15). As reuniões são uma iniciativa do governo do Estado com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR e diversas entidades estaduais e locais.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Menguette, reafirma que o trabalho na sanidade animal paranaense já percorre um longo caminho, com participação expressiva das entidades. A FAEP e o SENAR-PR têm papéis fundamentais na construção do que é hoje o sistema sanitário do Pa-

raná. Nessa trajetória, Meneguette destaca a Lei Sanitária (Lei 11.504/1996), complemento na esfera estadual da legislação federal que facilita ao produtor cumprir as responsabilidades na manutenção sanitária; participação nas reuniões da OIE a fim de entender como conduzir as políticas e ações para dotar o Estado de condições internacionais de sanidade animal; criação do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa), para unir os elos da cadeia produtiva; criação do Fundeppec; criação dos Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs) em 170 municípios e criação da Adapar, em que o SENAR-PR foi mobilizador de diversos treinamentos dos funcionários.

“O Paraná está pronto para ser reconhecido como área livre de aftosa sem vacinação, condição essa de reconhecimento que o nosso sistema de defesa é eficiente e sério. Todo esse trabalho irá beneficiar milhares de pequenos e médios produtores e trabalhadores rurais e ampliará a indústria integradora do Paraná, distribuindo mais renda, que irá circular nos municípios, gerar mais empregos e, assim, vamos contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Estado”, conclui Meneguette.



Em Guarapuava, pecuaristas apoiaram a retirada da vacina



Evento em Pato Branco reuniu mais de 1,5 mil pessoas

Um dos debates promovidos pelo evento envolve os aspectos técnicos da retirada da vacina, destacando as principais mudanças para os pecuaristas e o que permanece sem alterações. De acordo com o gerente de Saúde Animal da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Rafael Gonçalves Dias, as campanhas de vacinação serão substituídas por atualizações cadastrais duas vezes ao ano, em maio e novembro. “O principal foco é a orientação para manter os cadastros atualizados e, para isso, o produtor terá que declarar o rebanho. Não iremos fazer cadastro individual igual Santa Catarina. O produtor não terá gastos com implantação de *chips* ou brincos de identificação no animal”, afirma.

A atualização cadastral será realizada nas unidades da Adapar. A entidade pretende ampliar o serviço e instituir uma plataforma digital, para que o pecuarista possa declarar seu rebanho com mais facilidade. “A retirada da vacina não é o fim do processo, mas o início de outro. Vamos substituir por outras estratégias e, por isso, precisamos dos dados atualizados”, observa Dias. Após os cadastros, a Adapar irá reforçar as fiscalizações

in loco, incluindo contagem de rebanho, análises de risco e uso de sistemas para direcionamento desse serviço.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) confirmou, em abril de 2019, que a campanha de vacinação em vigência neste mês de maio é a última no Paraná. O próximo passo é a publicação da Instrução Normativa que reconhece, nacionalmente, o Paraná como área livre de febre de aftosa sem vacinação, alterando, então, o trânsito de animais. Além de proibida a vacinação, armazenamento, compra e venda de doses de vacina no Paraná, também não será permitido o ingresso de bovinos e bubalinos vacinados no Estado. A entrada de ovinos, caprinos e suínos, por serem animais que nunca foram vacinados no Brasil, continua sem alterações, apenas sendo necessária uma autorização prévia da Adapar.

Segundo o gerente de Saúde Animal da entidade, a possibilidade da entrada de bovinos vacinados direto para o abate está em discussão na OIE, situação que atualmente é proibida. Ainda sobre o trânsito, serão criados corredores sanitários para a passagem de animais vacinados vindos ou em direção a outros Estados. O ingresso de bovinos paranaenses em Santa Catarina, área livre de febre aftosa sem vacinação desde 2007, só será permitido após o reconhecimento da OIE em 2021.

Dias também evidencia que a proibição da entrada de bovinos vacinados no Estado não é prejudicial, visto que o número de animais que adentram o território paranaense é baixo e, portanto, não significativo se comparado ao atual rebanho de 9,3 milhões de cabeças. Ainda, os trabalhos nos postos de fiscalização da Adapar foram e continuarão sendo reforçados, principalmente nas divisas com Mato Grosso do Sul e São Paulo, para controle de animais e produtos. No total, são 33 postos nas fronteiras do Estado, sendo quatro no Mato Grosso do Sul, 19 em São Paulo e 10 em Santa Catarina. “São feitas análises de trânsito e das GTAs [Guias de Trânsito Animal]. Verificamos quais são os tipos de animais que entram, quais são os produtos, os dias da semana”, detalha.

A Adapar também conta com um suporte via satélite para realizar as fiscalizações das propriedades e do trânsito de animais no Estado. Além disso, a entidade irá realizar um treinamento, em agosto de 2019, que fará a simulação de um foco de febre aftosa no Estado, com o objetivo de identificar as possíveis dificuldades da equipe. “O fortalecimento do serviço veterinário oficial é necessário sempre. Temos feito análises de risco para saber onde eventualmente poderia entrar febre aftosa e quais seriam as ações a serem tomadas”, compartilha Dias.

Os produtores paranaenses possuem, ainda, apoio do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundeppec-PR), que garante suportes institucional e financeiro para o desempenho das ações da defesa agropecuária do Estado, viabilizando recursos para emergências sanitárias. Segundo o secretário de Agricultura do Paraná, Norberto Ortigara, atualmente, o saldo do Fundeppec-PR está em R\$ 77 milhões.

Sobre os produtos, não haverá nenhuma alteração. Ou seja, continua permitido o ingresso de carne *in natura* de bovinos e bubalinos, com e sem osso; carne *in natura* de suínos, caprinos e ovinos; carnes processadas; leite *in natura*; leite em pó e derivados; couros e peles; e farinhas.



Deputado estadual Antônio Anibelli Neto participou das rodadas de discussão pelo Paraná

Fim da vacinação irá abrir oportunidades comerciais

O *status* de zona livre de febre aftosa sem vacinação é uma conquista a ser estabelecida em todo o Brasil, de acordo com o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). O Paraná, inicialmente parte do Bloco V, junto com Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina, conseguiu aval do Mapa para antecipar a retirada da vacina ainda neste ano.

“O Brasil está há 13 anos sem um foco de febre aftosa. A vacina é utilizada até que se não tenha mais circulação viral. A partir desse momento, é natural a retirada. Hoje, nós cumprimos todas as recomendações da OIE, todas as normas federais e estaduais estão atualizadas ou em fase de atualização”, reforça o gerente de Saúde Animal da Adapar, Rafael Gonçalves Dias.

O diretor-presidente da Adapar, Otamir Cesar Martins, ratifica a competência da entidade em assegurar a defesa sanitária paranaense. “Afirmamos e reafirmamos que o serviço oficial está preparado para a execução desta tarefa e não mediremos esforços para aumentar a qualidade de gestões técnica, operacional, organizacional e financeira de nossos serviços”, assegura.

Ortigara reitera que o Paraná está pronto receber esse novo *status*, trocar a vacina por inteligência estratégica. “Há mais de 40 anos que acompanho essa questão no Paraná. Fomos construindo um caminho mais sadio e evoluindo, e agora, a suspensão exigirá vigilância redobrada. Vamos abrir oportunidades comerciais, bater na porta de quem não nos recebe hoje porque praticamos a vacina para uma enfermidade que não temos mais”, disse. Segundo o secretário, R\$ 30 milhões são gastos por ano em vacinas contra aftosa no Paraná.

O diretor-executivo da Cooperativa Frimesa, Elias Zydek, avalia que a cadeia produtiva de proteína animal tem que estar preparada para atuar no campo de competição do mundo globalizado. “Com a vacina, a carne bovina paranaense não tem valor agregado. Quando sentamos para negociar com o mercado internacional, a primeira pergunta é ‘se vocês não têm aftosa, por que vacinam?’”, aponta.

Segundo Zydek, o que estabiliza a produção é segurança de mercado. “Nós temos uma grande oportunidade de aumentar a renda de milhares e milhares de produtores rurais. Retirar a vacina é reduzir custos diretamente na cadeia. É a confirmação de que nosso rebanho é saudável e isso muda o poder de negociação”, afirma o diretor-executivo da Frimesa.

A responsabilidade dos produtores rurais também é parte fundamental do processo e apontado a todo momento pelas autoridades presentes no evento. Para Zydek, o momento é de motivação. “Nós vemos aqui o despertar da sociedade rural, cujo foco principal é a sanidade”, enfatiza. “O órgão público, seja ele federal ou estadual, valida a sanidade animal. Mas quem tem que fazer o trabalho somos nós, produtores, entidades, municípios, aqui na base”, complementa.

Nesse sentido, Zydek destaca a importância do trabalho dos Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSA) nos municípios paranaenses, iniciativa do Sistema FAEP/SENAR-PR. “O SENAR-PR é especializado em mostrar como se cria, gerencia e conduz um CSA. O Programa Oeste Em Desenvolvimento fortalece onde já existia o CSA e cria onde não tinha. Dos 54, vamos replantar e reativar 30 conselhos. Nós criamos um CSA na região Oeste, do qual sou presidente, em que pegamos as reivindicações e levamos para frente. O CSA é a célula principal de todo o sistema sanitário do Paraná”, ressalta.

Rally reforça a conservação do solo e dá água

Competição com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR e do Sindicato Rural de Guarapuava exige que os participantes realizem ações de manejo correto

A 4ª edição do Rally de Uso e Conservação de Solo e da Água, promovido pela Cooperativa Agrária, com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR e do Sindicato Rural de Guarapuava, reuniu 140 participantes, divididos em 34 equipes. No dia 21 de maio, os carros saíram da sede da Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária (Fapa) para percorrer 190 quilômetros, sendo 80% do trajeto em estrada de chão, na região de Guarapuava e Candói.

A competição é um rally de regularidade em que a equipe formada por piloto e navegador precisa cumprir um trajeto determinado pela organização, mantendo médias horárias e velocidades pré-estabelecidas. Ao longo do percurso também são observadas diversas situações de manejo de solo e água. Algumas são exemplos positivos e outras, exemplos negativos. Ainda, em quatro paradas, pesquisas da Fapa com temas como cultivos outonais, bacias de contenções, readequação de estradas e cultivo em terraços curva de nível. Posteriormente, os participantes realizaram uma prova, algumas teóricas e outras práticas.

O Sistema FAEP/SENAR-PR e o Sindicato Rural de Guarapuava eram responsáveis pela última estação, com o tema “Área de Preservação Permanente/Reserva Legal”. “Falamos sobre a Mata Atlântica, bioma no qual estamos inseridos no Paraná. Restam apenas 7,3%. Um fator



Presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, participou da entrega da premiação



Rally reuniu 140 participantes, divididos em 34 equipes

importante é a água, já que as oito bacias hidrográficas [dentro da Mata Atlântica espalhada por 17 Estados] correspondem a 70% do abastecimento da população brasileira. Por isso, preservação da qualidade da água e solo são tão importantes”, destacou o instrutor do SENAR-PR Leandro Alegriansi.

O SENAR-PR conta cursos específicos na área de conservação e preservação do solo voltados para produtores rurais. “Temos seis cursos na área: “Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográficas”, “Manejo de Solo na Produção de Tabaco”, “Manejo de Solo na Olericultura”, “Manejo de Solo na Propriedade Rural”, que abrange todas as culturas, mas focado na produção de grãos e Fertilidade de Solos. Além disso, temos o Agrinho Solos para professores e estudantes do ensino fundamental da educação pública e privada”, ressalta Alegriansi.

Cada participante levou uma cartilha que a FAEP elaborou sobre as mudanças na legislação ambiental.

Premiação

O secretário estadual de Agricultura, Norberto Ortigara, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, e o presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, Rodolpho Botelho, participaram da cerimônia de premiação.

A equipe do carro 34, formada pelos produtores rurais Leonardo Kuntz, Raul Ferreira e Roberto Maciel, terminou em primeiro lugar. O segundo colocado foi a equipe do carro 9, com Arnaldo Stock, Cristian Abt e Otavino Rovani. Fechando o pódio, na terceira colocação, o carro 7, da equipe João Lucas Naiverth, Davi Naiverth e Timoteo Naiverth.

Uma ferramenta essencial para agricultura



Proibição da pulverização aérea no Paraná prejudicaria a produtividade, a ponto de causar inviabilidade de algumas culturas

Por Bruna Fioroni

A aviação agrícola tem se mostrado uma importante ferramenta de manejo das lavouras, principalmente em função da rapidez e precisão com que realiza a aplicação de defensivos no combate pragas e doenças. A prova aparece nos números. O Brasil, dono da segunda maior frota de aeronaves agrícolas do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, soma 2.190 aeronaves, de acordo

com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em ralação a 2018. A tecnologia, utilizada em território brasileiro há mais de 70 anos, vem mostrando eficiência na defesa das lavouras, além de ser uma ferramenta precisa e segura.

Um dos componentes mais importantes para garantir o sucesso do uso dessa tecnologia é a regulamentação da atividade. A aviação agrícola segue determinações próprias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio do Decreto-Lei 917, de setembro de 1969, Decreto 86.765, de dezembro de 1981, e pelas Instruções Normativas (IN) 2, de janeiro de 2008, e 15, de maio de 2016. A legislação estabelece uma série de obrigações, cujo princípio se baseia na profissionalização da atividade. Ou seja, a pulverização aérea só pode ser conduzida por profissionais certificados e, atualmente, cada operador aeroagrícola precisa obedecer a pelo menos 20 normas e regulamentos para poder operar.

Esse conjunto de características – profissionalização, rapidez, precisão e efetividade – tornou a aviação agrícola uma tecnologia cada vez mais procurada pelos produtores, principalmente pelo custo-benefício na defesa da lavoura. No Paraná, segundo informações do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), 134 aeronaves agrícolas operam, montante que coloca o Estado na quinta posição no ranking nacional da atividade. Ainda, são 24 empresas aeroagrícolas e 25 operadores privados.

Produtividade na lavoura

A aplicação aérea leva vantagem, principalmente, pela rapidez do serviço. Isso porque, na defesa da lavoura, o tempo é importante aliado. Quanto mais demorar a aplicação do produto no combate a determinada praga, há mais chances de perda na produção. “A aplicação com máquina terrestre é muito

“Toda essa história de deriva que pode atingir quilômetros é um mito”

Ricardo Decarli, piloto agrícola e produtor de Palotina

Inconstitucional, PL pode gerar prejuízos milionários

O Projeto de Lei (PL) 2/2018, de autoria do deputado estadual Tadeu Veneri (PT), que está em trâmite na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), pretende proibir a pulverização aérea de agroquímicos devido, de acordo com o deputado, “a alta contaminação do solo e água paranaenses”.

Na época da votação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alep, na primeira quinzena de maio, a FAEP e a Adapar enviaram relatórios a cada deputado mostrando, com base em aspectos jurídicos, técnicos e ambientais, que a pulverização aérea é eficiente e fundamental para a agricultura do Paraná.

Além de inconstitucional, o PL não é condizente com a realidade, como afirma o vice-presidente do Sindicato Rural de Palotina, Edmilson Zabott. “A região Oeste é a maior produtora de peixes do Paraná, principalmente de tilápia. Nós convivemos com a aviação agrícola há mais de 30 anos sem qualquer problema de contaminação. Nunca houve um acidente dessa natureza aqui na nossa região”, defende Zabott.

O dirigente, ainda, reforça o argumento de que é impossível manter a produção agrícola como é hoje, principalmente no Paraná, sem a pulverização aérea. “O prejuízo seria enorme, e não só para o produtor. As perdas na produtividade acarretariam consequências para a cadeia animal porque a base da ração seria afetada. Hoje,



o Paraná, e principalmente a região Oeste, está se transformando no maior produtor de proteína animal do mundo. E a maior fonte de alimentação da suinocultura, avicultura e piscicultura é o milho, cultura que depende do controle da aviação agrícola”, argumenta.

A pulverização aérea tem impacto direto na produção de mais de 80 milhões de toneladas de alimento no Brasil, segundo o diretor-executivo do Sindag, Gabriel Colle. “A aviação agrícola é extremamente relevante para o setor. Sem essa modalidade de aplicação, o impacto na produtividade seria enorme”, complementa.

Ao reforçar as vantagens e exigências que a pulverização aérea possui, Colle enfatiza como a atividade é uma forma de otimização de custos. “A tecnologia embarcada em um avião hoje contempla acompanhamento de solo e área que permite controle absoluto da forma e do que está sendo aplicado. Sem contar que os produtos aplicados são muito caros. Ninguém contrataria uma aplicação se o produto não fosse chegar onde tem que chegar, sem ter garantia”, aponta.

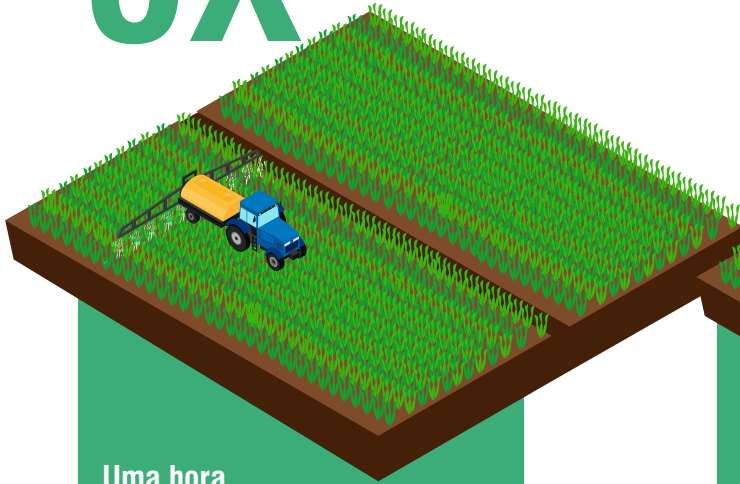
demorada. O que eu faria em dois dias com a terrestre, a aérea faz em uma hora. Se demorar com o trator, o tempo que a praga ficou ali dá mais prejuízo que o custo com avião”, afirma o produtor Samuel Ramilde, de Santa Isabel do Ivaí, na região Noroeste do Paraná.

A propriedade de Ramilde possui mil hectares destinados ao plantio de arroz irrigado. E, apesar de o custo da pulverização aérea ser maior do que via terrestre, o produtor garante que vale a pena. “Eu gasto mais, mas a viabilidade é maior. Para mim, é inviável plantar sem aviação”, justifica.

O arroz é uma cultura que exige aplicação aérea de defensivos, devido às dificuldades de acesso com o trator nas áreas de plantio. A altura da planta e o alagamento do local de cultivo tornam a aplicação terrestre impraticável, por conta dos danos à cultura. A pulverização terrestre causa amassamento da cultura pelos rodados do equipamento, o que resulta em perda de produtividade.

5X

maior é a área pulverizada com avião em relação à terrestre no mesmo período de tempo, por conta da rapidez e eficiência.



Uma hora de serviço

64 ha

Terrestre grande porte*

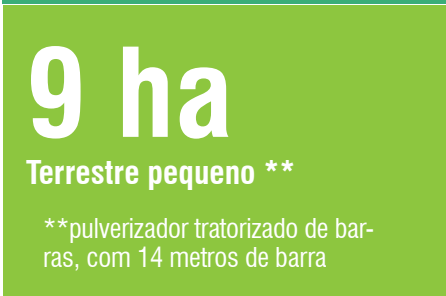
*pulverizador autopropelido, com 42 metros de barra



Uma hora de serviço

300 ha

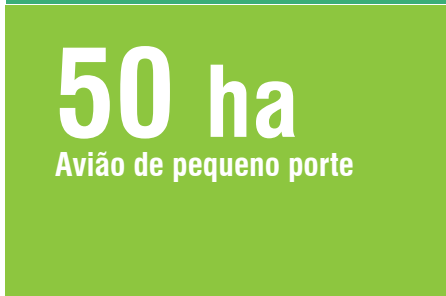
Avião de grande porte



9 ha

Terrestre pequeno **

**pulverizador tratorizado de barras, com 14 metros de barra

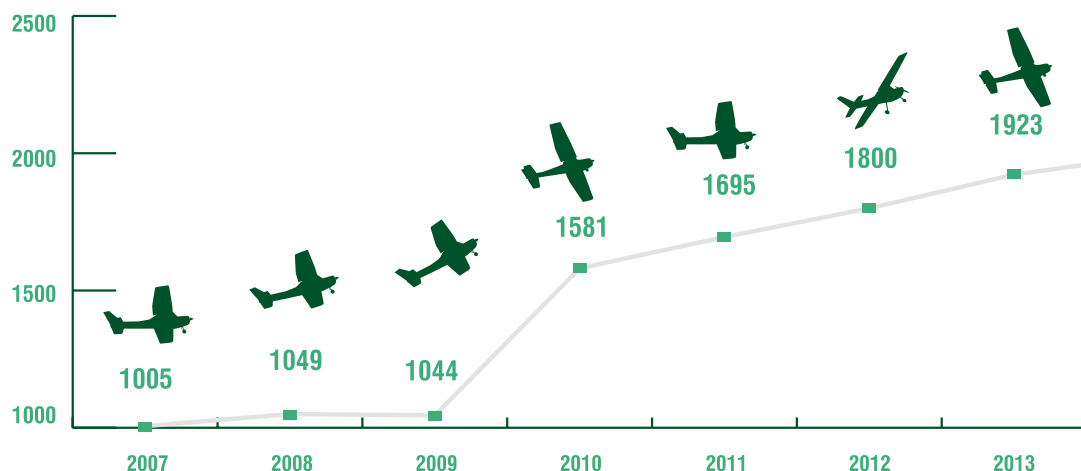


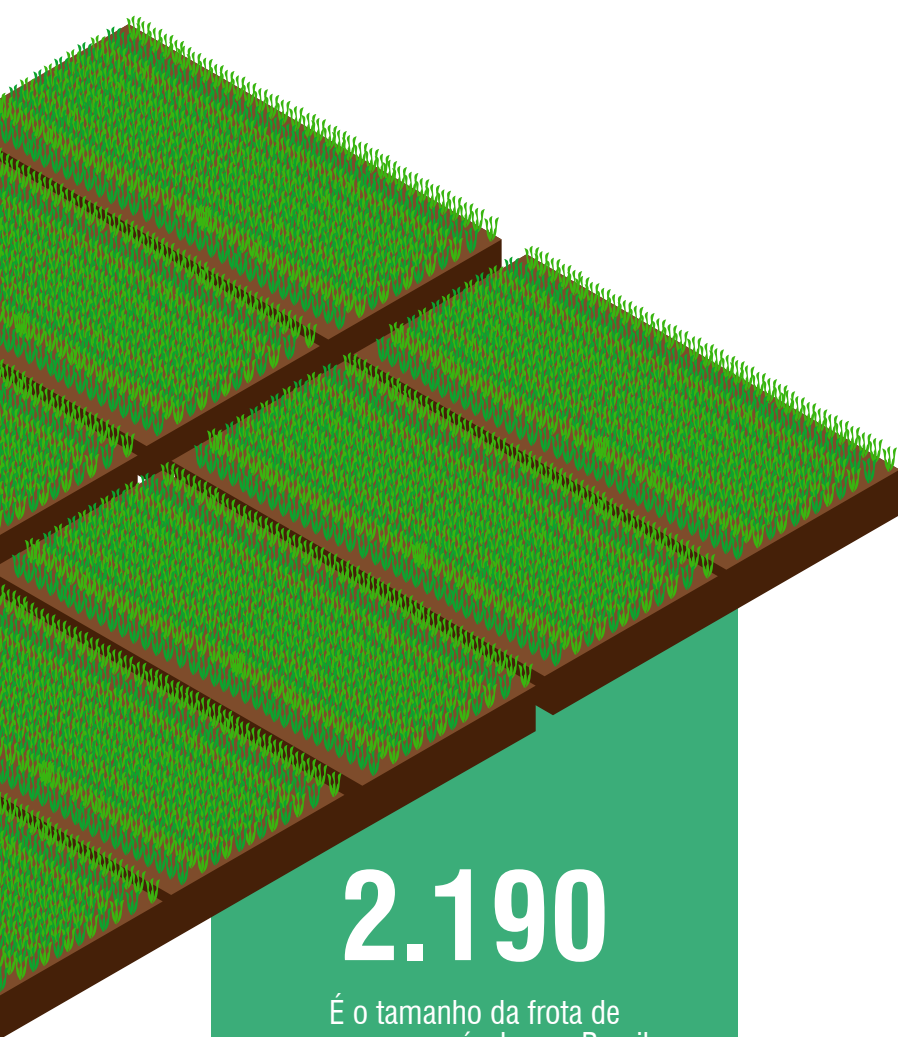
50 ha

Avião de pequeno porte

Fonte: Departamento Técnico do SENAR-PR

Nos últimos anos, a aviação agrícola no Brasil tem registrado um crescimento exponencial, comprovando a eficiência da tecnologia.



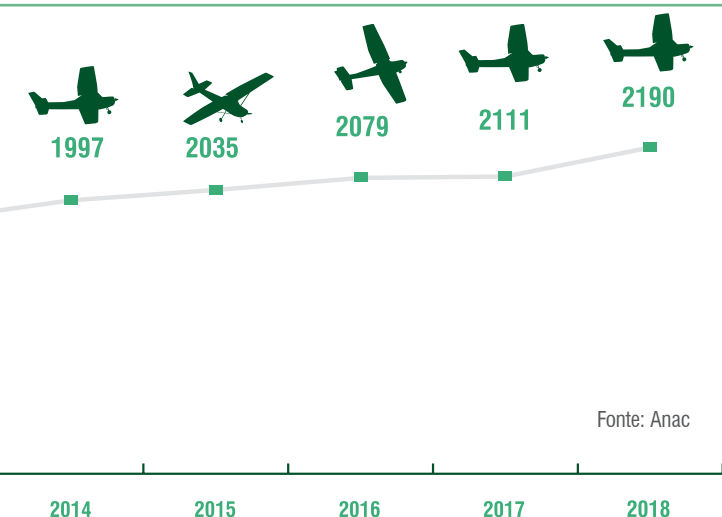


2.190

É o tamanho da frota de aeronaves agrícolas no Brasil, sendo **134** no Paraná

20

É a quantidade de normas que um operador aeroagrícola precisa obedecer



Fonte: Anac

Soja, milho, trigo, cana-de-açúcar, laranja e algodão são também exemplos de culturas que sofrem o mesmo problema, o amassamento da pulverização terrestre. Além disso, a aplicação aérea também evita a compactação do solo e a disseminação de doenças e de nematoides.

Segundo o produtor Vítor Breier, a aplicação aérea garante mais produtividade aos 80 hectares destinados ao milho em Palotina, na região Oeste. “O avião é mais vantajoso, mais rápido. Quando o milho está alto, é difícil entrar com o trator, além de ser mais demorado. Se dá uma lagarta na hora que está soltando o pendão do milho, a pulverização tem que ser por avião”, aponta. Ainda segundo Breier, mesmo o autopropelido, pulverizador terrestre mais eficiente, deixa rastros de amassamento que não compensam a perda.

Influência do clima

A rapidez da aeronave agrícola também é mais vantajosa em relação às mudanças meteorológicas. Em dias de tempo instável, o avião consegue fazer a aplicação antes mesmo que comece a chover, por exemplo. Em caso de chuva, a aplicação aérea pode ser feita logo em seguida, enquanto, via terrestre, é preciso aguardar a secagem do solo.

“Passou a chuva, já consigo voltar com a aplicação. Ganho esse tempo”, relata o produtor de Santa Isabel do Ivaí, Almir Bassani, que também possui mil hectares de arroz irrigado. De acordo com o rizicultor, essa modalidade permite maior aproveitamento do tempo e com condições mais favoráveis, além de fazer a defesa da lavoura com mais agilidade.

“O mais importante é a rapidez da aplicação, que não envolve operador em contato direto com o agroquímico. No uso do avião, o envolvimento de pessoas com os produtos é muito menor e com menos tempo de contato em relação a terrestre”, relata Bassani.

Nesta safra, o aparecimento de uma nova praga fez com que a necessidade de precisão nas aplicações fosse ainda maior. Na fase reprodutiva, pelo menos duas aplicações de fungicidas e três de inseticidas são realizadas. “Na fase vegetativa do arroz, ou mesmo pré-vegetativa, conseguimos andar com tratores adap-



Pulverização terrestre não tem a mesma eficiência e rapidez da aérea, além de ser inviável em algumas culturas

tados tranquilamente. Porém na fase reprodutiva, isso se torna muito complicado. Trata-se de uma lavoura com muita massa verde e solo molhado. Daí a necessidade indispensável da aviação agrícola”, explica.

O custo-benefício é comprovado pelo produtor. “Eu pago mais caro, mas é tudo profissional e não tenho trabalho. A aplicação também é eficiente, na hora certa. Tem certas coisas que o trator não resolve. Eu não consigo trabalhar na minha área sem avião”, assegura Bassani.

No ano passado, o Instituto ProHuma de Estudos Científicos, com apoio do Mapa, publicou um estudo que aponta as culturas que com mais utilização da pulverização aérea no Brasil: arroz irrigado (41%), algodão (26%) e cana-de-açúcar (22%).

“A tecnologia embarcada em um avião permite controle absoluto do que está sendo aplicado”

Gabriel Colle, diretor-executivo do Sindag

Eficaz e precisa

A aplicação aérea de defensivos é realizada dentro de condições específicas de temperatura, umidade, vento e pressão atmosférica. Profissionais da área de aviação agrícola afirmam que a ocorrência de deriva (quando a nuvem do produto se desloca para fora da faixa de aplicação), se respeitadas tais condições, é mínima.

Ainda, o risco de deriva não é exclusivo da aplicação aérea. Uma publicação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) de 2013 aponta que, entre 2009 e 2012, foram investigados 88 casos de deriva, a maioria deles em aplicações com pulverizadores terrestres.

“Só a aplicação aérea tem regulamentação específica. Toda essa história de deriva que pode atingir quilômetros é um mito. O Paraná é o Estado mais



Regulamentação rígida garante segurança na aplicação aérea

As empresas aeroagrícolas precisam ter nos seus quadros de colaboradores um engenheiro agrônomo como coordenador de operações e, a cada operação em campo, na equipe de terra, um técnico agrícola com especialização em operações aéreas. Ainda, é exigido um funcionário responsável pelo Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO) da empresa, que obriga todos a seguirem o plano de segurança da companhia, além do piloto agrícola. Para receber a certificação, o piloto precisa fazer um curso à parte, em que, além do voo a baixa altitude, há instruções sobre toxicologia e segurança ambiental. Para entrar no curso, é preciso ter, primeiro, licença de piloto comercial e somar 370 horas de voo.

Além das exigências profissionais, cada empresa precisa ter um pátio de descontaminação, onde a aeronave deve ser lavada e, como

o próprio nome sugere, descontaminada. “Todos os resíduos dos produtos passam por um tratamento com ozônio e tudo é fiscalizado. Com os tratores, isso não acontece”, ressalta Ricardo Decarli, piloto agrícola e produtor de Palotina.

Ainda, relatórios operacionais de cada missão são emitidos, indicando produto, localização da área, quantidade aplicada, largura de faixa, tipo de equipamento, pessoal envolvido, condições meteorológicas e o mapa do aparelho DGPS, uma evolução do GPS com melhoria na precisão de centímetros na localização.

A documentação é assinada pelo agrônomo responsável e, mensalmente, enviada ao Mapa. Os documentos originais ficam guardados na empresa à disposição de qualquer fiscalização (federal, estadual ou municipal). Essa fiscalização, inclusive, acontece por, pelo menos, cinco órgãos responsáveis, como o próprio Mapa, Anac, Ibama, secretarias estaduais de meio ambiente e Agência de Defesa Agropecuária, além de normas determinadas pelo Ministério Público.

desenvolvido e avançado em fiscalização agropecuária, principalmente nessa questão ambiental. Certos produtos não podem ser aplicados via aérea aqui, justamente para evitar esse risco ao máximo. O perigo da deriva aérea é menor que o tratorizado”, adverte Ricardo Decarli, piloto agrícola e produtor de Palotina.

Segundo Decarli, além dos fatores meteorológicos, o modo de ação do produto também pode causar deriva. “Por isso é importante ter um profissional fazendo o serviço, algo que no meio terrestre não tem obrigatoriedade nenhuma”, observa.

Além disso, a determinação da quantidade de produto a ser aplicada depende do tipo de praga e das condições da lavoura, tanto via aérea como terrestre. A diferença está no uso de água para

preparo da calda. No caso da aplicação aérea, a quantidade de água utilizada é até 10 vezes menor em comparação à pulverização terrestre.

“Há uma economia de água significativa. Tudo depende do modelo de avião e de trator, mas enquanto um avião utiliza 20 litros de água por hectare, na pulverização terrestre são utilizados 100 litros”, aponta Rolemberg Vidotti, um dos diretores e pilotos da Viagro Vidotti Agro Aérea, empresa aeroagrícola de Londrina, no Norte. A empresa, em atuação desde 1980, conta com uma frota de seis aeronaves próprias. Nos últimos dez anos, a Vidotti soma 5 milhões de hectares pulverizados com aplicação aérea.

Para o supervisor técnico de aviação agrícola da cooperativa C.Vale, de Palotina, Pedro Gambaro, quando a defesa da

lavoura é feita com aviação agrícola, são analisadas as condições e localização da área visando a segurança da aplicação, tanto das pessoas quanto do meio ambiente. “As informações têm como base legal a bula de cada produto. Após isso, são emitidos os demais documentos necessários, como guia de aplicação, croquis e imagens aéreas. As aeronaves são calibradas e revisadas, fazendo com que o produto atinja o alvo”, observa. “São tomados todos os cuidados com as condições climáticas e uso de equipamentos apropriados na hora da aplicação para evitar a possibilidade de deriva”, acrescenta.

A C.Vale, fundada em 1975, possui uma frota própria de quatro aeronaves no Paraná e uma no Mato Grosso do Sul, e já contabilizou mais de 3 milhões de hectares atendidos pela pulverização aérea.

Capitalismo em meio à selva amazônica

Por duas décadas, o empresário Henry Ford tentou erguer uma cidade no Pará, a Fordlândia, para fomentar a produção de borracha para seus automóveis

Em 1928, o magnata americano Henry Ford, na época um dos homens mais ricos do mundo, era um ícone da

era industrial. Duas décadas e meia antes, o empresário havia fundado a Ford Motor Company, que se transformaria em uma das maiores e mais rentáveis companhias do planeta. Pioneira no desenvolvimento de técnicas de produção em massa, a empresa havia criado o primeiro automóvel ao alcance da classe média, fenômeno que teria um profundo impacto no futuro.

Com esse processo consolidado com êxito, Ford estava pronto para abraçar

seu novo projeto faraônico: a fundação de uma cidade ao estilo americano no Pará, no coração da selva amazônica. O látex extraído das seringueiras paraenses era o de melhor qualidade no mundo e abastecia indústrias na Europa e América do Norte. As árvores cresciam de forma selvagem na bacia do Amazonas.

Mas, em 1876, o explorador britânico Henry Wickham conseguiu contrabandear cerca de 70 mil sementes da preciosa árvore (um dos maiores casos de biopirataria da história), com as quais foi possível criar plantações de seringueiras nas colônias britânicas. Assim, o comércio mundial da borracha passava às mãos do império britânico.

A Amazônia, que chegara a produzir 95% da borracha mundial, em 1928 atendia a apenas 2,3% da demanda global. Desta forma, o projeto de Henry Ford, que tentaria reativar a combatida economia amazônica, foi bem recebida. A motivação principal era garantir sua própria fonte de borracha, necessária para a fabricação de pneus e peças automotivas, como válvulas, mangueiras e juntas.

Na década de 1920, a Ford Motor Company controlava praticamente todas as matérias-primas utilizadas para fabricar automóveis, desde o vidro até a madeira e o ferro. Mas a borracha era controlada pelos europeus, que a produziam em suas colônias e fixavam o seu preço.

Fordlândia

Em 1928, dois navios carregados de equipamentos e mobiliário navegaram o Rio Tapajós, única via de acesso para chegar aos 110 mil quilômetros onde, em pouco tempo, seria erguida a Fordlândia. Aos poucos, foram abertos caminhos de concreto iluminados por lâmpadas e erguendo-se casas pré-fabricadas em Michigan, organizadas em um bairro chamado Villa Americana para os americanos. Estes também contavam com água corrente. Havia também uma piscina comunitária, hospitais, escolas, lojas, restaurantes e até um salão de entretenimento, no qual se organizavam bailes e eram projetados filmes de Hollywood. Havia também geradores, serraria, uma torre de água e, claro, uma fábrica de borracha.

Ford sonhava em construir um lugar de acordo com o que considerava “valores americanos”. Isso compreendia certos hábitos que incluíam uma dieta rigorosa, a proibição de

bebidas alcoólicas e uma jornada de trabalho das 9h às 17h - apesar do ritmo diferenciado exigido pelo calor amazônico. Como passatempos, jardinagem, golfe e quadrilhas de country americano. Esse transplante cultural causou vários problemas ao longo dos 17 anos que a Fordlândia pertenceu a Henry Ford.

Houve frequentes revoltas de trabalhadores. Os administradores americanos, por sua vez, também não foram ideais: seu pouco conhecimento sobre tudo que os rodeava - particularmente sobre a agricultura local - os levaram a cometer erros sérios.

Nos dois primeiros anos, a cidade teve vários gerentes. Alguns não conseguiram se adaptar às condições da Amazônia e sofreram crises nervosas. Um se afogou no rio durante uma tem-

pestade e outro foi embora depois que três de seus filhos morreram de doenças tropicais.

A selva também fez vítimas entre os trabalhadores brasileiros. E as plantações tiveram o mesmo destino daquelas que muitos outros haviam tentado começar naquelas terras.

O clima que fazia florescer as árvores também favorecia pragas e doenças que haviam avançado com as plantas durante milênios. O plantio em campos de monocultura os tornava mais suscetíveis à infestação.

Em 1945, os americanos finalmente fizeram as malas e foram para casa, deixando fantasmas para trás. Embora nunca tenha posto os pés na Fordlândia, Ford investiu quase duas décadas e uma fortuna em seu sonho amazônico.

Paraná perde um dos seus maiores líderes rurais

Dirigente sindical por mais de 50 anos, Nelson Teodoro de Oliveira participou da fundação do Sindicato Rural de Campo Mourão e da cooperativa Coamo



Nelsinho sempre lutou pelas causas do agronegócio paranaense

A agropecuária paranaense está de luto. O cooperativismo perdeu um de seus maiores entusiastas e os produtores rurais do Estado ficaram sem um defensor incansável dos seus direitos. No dia 18 de maio, o presidente do Sindicato Rural de Campo Mourão, vice-presidente da FAEP e um dos fundadores da Coamo Cooperativa Agroindustrial, Nelson Teodoro de Oliveira, conhecido pelo carinhoso apelido de “Nelsinho”, faleceu, deixando um legado de trabalho e respeito pela família do campo paranaense.

A lição deixada é de que as pessoas são capazes de coisas extraordinárias quando unem forças para um bem comum. Nelsinho viveu na prática esta cartilha, se transformando no próprio exemplo daquilo que pregava. Soube cultivar amizades e inspirar companheiros de luta, colhendo um rol de admiradores e transformando a realidade que o cercava.

“Foi um incansável companheiro de lutas. Esteve ao nosso lado em todos os momentos difíceis pelos quais o agronegócio passou nas últimas décadas e nunca esmoreceu, desanimou ou deixou de se posicionar de formas crítica e propositiva. É um perfil de líder cada vez mais raro nos dias de hoje. Irá fazer muita falta”, destaca o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Até então, havia sido o primeiro e único presidente do Sindicato Rural de Campo Mourão, instituição que ao longo de 51 anos de existência encampou importantes lutas em favor

dos produtores rurais paranaenses. “A prioridade dele era o associativismo e a representação da agropecuária. Depois vinha as suas atividades pessoais”, lembra o vice-presidente do Sindicato Rural de Campo Mourão, Neri Thomé.

Com mais de 40 anos de parceria e amizade, o presidente do Sindicato Rural de Astorga, Guerino Guandalini, lamentou a morte do amigo. “Eu e o Nelsinho começamos a participar da Federação no tempo do [Mário] Stadler [ex-presidente da FAEP]. Ele era presidente de sindicato e eu também. Além disso, assim como eu, ele também era vice-presidentes da FAEP e companheiro de Rotary”, recorda. “Era um grande líder. Um grande amigo e companheiro”, reforça.

Lutas

No papel de dirigente sindical, Nelsinho foi protagonista de momentos decisivos para o setor agropecuário paranaense, como, por exemplo, a liberação do cultivo de soja transgênica no Estado. “No momento em que havia um conflito com o então governador [Roberto] Requião, Nelsinho foi um dos principais baluartes desta defesa para que pudéssemos fazer o cultivo e abrir o mercado para o mundo inteiro. Prova de que ele estava certo é que hoje quase todas as lavouras são de soja transgênica”, recorda Thomé.



Ágide Meneguette, Nelson Teodoro, Aroldo Gallassini e Augusto de Oliveira Carneiro durante a festa de 50 anos do Sindicato de Campo Mourão

Outro episódio marcante da atuação do dirigente foi a mobilização para a aprovação do novo Código Florestal. Na ocasião, Nelsinho levou centenas de produtores do seu município a Brasília. Na época, se recusou a ir de avião para fazer a viagem de ônibus, junto aos companheiros.

“Ele sempre foi muito atuante, não só nas bandeiras da agropecuária, mas da comunidade”, observa o amigo Thomé. De fato, Nelson Teodoro participou ativamente de diversas conquistas do município de Campo Mourão como a implantação do Colégio Integrado, da Faculdade Integrada e da Faculdade Estadual de Ciências e Letras Campo Mourão (Fecilcam), hoje Unespar. “Sua atuação também foi fundamental para a implantação da Justiça Federal em Campo Mourão”, complementa Thomé.

A disposição para a representação da classe rural também teve contornos legislativos. Entre 1969 e 1972, Nelsinho foi vereador pela Arena, época em que os representantes do povo não recebiam salário, de modo que era necessária vocação para o cargo e vontade de trabalhar, qualidades de sobra.

Como dirigente sindical e representante do setor rural, articulou diversas políticas que favoreceram a agropecuária. Apoiou a realização de exposições agropecuárias no município, e também a famosa Festa do Carneiro no Buraco, pela qual Campo Mourão é reconhecido no Brasil inteiro.

O cooperativismo foi uma das suas grandes paixões. Em qual-

quer roda de conversa, da mais informal até a mais oficial, Nelsinho destacava as conquistas da cooperativa que ajudou a fundar em Campo Mourão, a Coamo. Foi o associado número 48 da data de criação da entidade. O ano era 1970 e a “aventura” começava com 79 cooperados capitaneados por Fioravante João Ferri e José Aroldo Gallassini, hoje presidente da Coamo. Hoje, a cooperativa é uma potência, com mais de 28 mil associados, faturamento de mais de R\$ 14 bilhões (2018) e reconhecida como maior cooperativa da América Latina e uma das maiores empresas do Brasil.

“Ele era um grande entusiasta do setor, sempre foi a favor de tudo o que era bom para a cidade. Teve uma participação muito importante no progresso de Campo Mourão”, afirmou José Aroldo Gallassini.

No trato pessoal, Nelsinho era considerado uma pessoa afável e bem-humorada. “Característica marcante como ser humano era a lealdade aos amigos. Também era uma pessoa determinada, um cara que não tinha preguiça, não tinha horário”, relembra Thomé.

Nelsinho deixa a esposa Sônia Maria Bessa de Oliveira, os filhos Luiz Cláudio Teodoro de Oliveira e Luiz Sérgio Teodoro de Oliveira, além do neto Luiz Otávio, sem contar uma legião de amigos e admiradores que perdem uma referência de produtor e líder rural. Sem Nelsinho, este vácuo de lideranças rurais fica ainda maior no Paraná.

Sindicato Rural gera renda com a inauguração de centro de eventos e recinto de leilões

Projeto da construção surgiu durante um curso de lideranças promovido pela FAEP. Investimento de R\$ 3,5 milhões irá movimentar economia da região

Por Antonio C. Senkovski

O Sindicato Rural de Pitanga, na região Centro-Sul do Paraná, passou a contar com mais uma fonte de renda. A entidade inaugurou, com uma série de atividades entre os dias 16 a 19 de maio, um centro de eventos com um recinto de leilões de bovinos anexo totalmente coberto. Nesse período, houve uma cerimônia com autoridades políticas, no dia 16; um jantar-show com o cantor João Carreiro, no dia 17, com a presença de mais de mil pessoas; e um leilão de mil bezerros, no dia 19, com venda de 100% dos animais. Os três eventos movimentaram cerca de R\$ 3,5 milhões.

O presidente do Sistema FAEP/SE-NAR-PR, Ágide Meneguette, esteve na inauguração do espaço. “Me sinto entusiasmado por ver uma construção de tamanha imponência e que está fomentando o agronegócio de toda a região. Pitanga, com toda sua tradição agropecuária, merece um espaço de referência a nível nacional, como este, para o leilão de gado e a realização dos mais diversos eventos. Registro meus parabéns ao esforço e mobilização de todos os produtores e da diretoria que integram o sindicato rural. Tenho certeza de que esse investimento irá trazer uma renda a mais

à entidade e muitos outros resultados positivos na mobilização pelo agronegócio”, projeta.

Luiz Carlos Zampier, presidente do Sindicato Rural de Pitanga, lembra que para chegar à inauguração, houve um longo caminho de planejamento e maturação de ideias. Segundo Zampier, tudo começou com um curso que a FAEP ministrou há cerca de 10 anos no município. “Naquelas discussões, no curso de formação de lideranças, discutimos que uma das ameaças que o sindicato tinha era financeira, com uma possível retirada da obrigatoriedade da contribuição sindical. Começamos então a pensar em algo que fosse fonte de renda para nos sustentarmos. De lá para cá começamos a fazer um caixa para nos prepararmos para esse momento”, recorda.

A primeira ideia era construir apenas um centro de eventos bem organizado, algo inexistente na região e que a sociedade pitanguense reivindicava. “Nesse processo de discussão do projeto, a Associação de Bovinocultores de Pitanga veio até nós com a demanda de um espaço adequado para fazer leilões. Percebemos o potencial desse negócio e juntamos as ideias. O resultado é que além do salão para eventos, erguemos um recinto de leilões com uma área de





Centro de eventos foi inaugurado com uma série de atividades



Primeiro leilão comercializou mais de mil bezerras selecionados



Jantar-show com mesas vendidas reuniu mais de mil pessoas

1 mil

bezerros foram negociados no leilão de inauguração do recinto

“No curso de formação de lideranças, discutimos que uma das ameaças que o sindicato tinha era financeira. Começamos a pensar em algo que fosse fonte de renda”

Luiz Carlos Zampier, presidente do Sindicato Rural de Pitanga

mais de 3 mil metros quadrados cobertos, com 60 mangueiras e pista de arremates. Nosso planejamento é promover, no mínimo, seis leilões por ano”, compartilha Zampier.

Durante o processo de construção, o apoio dos produtores e da diretoria foi fundamental para conseguir erguer o prédio. “Tivemos uma despesa de cerca de R\$ 120 mil para fazer o aterramento e nivelamento do terreno. Essa parte fizemos toda com apoio de diretores e produtores, tudo custeado com doações. Um cedeu um trator, uma máquina, outro veio aqui ajudar na obra. A nossa diretoria aqui é toda voluntária, ninguém é remunerado. A participação é efetiva, o nosso ponto forte é o comprometimento”, enfatiza.

Agenda disputada

O espaço, somando o centro de eventos e o recinto de leilões, conta com cerca de 4,6 mil metros quadrados e teve um investimento de R\$ 3,5 milhões para ser edificado. A renda a ser gerada pelo espaço é um aspecto fundamental para o sindicato, já que com o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, houve perda significativa das receitas. Mas o presidente do sindicato compartilha que a agenda de eventos está concorrida. Depois do primeiro leilão, há a expectativa de serem realizados outros três até o fim desse ano. Além disso, há diversas formaturas, casamentos e outros eventos com datas reservadas, algumas até no fim do ano.



Ágide Meneguette e o deputado federal Nelsi Cogueto Maria participaram da inauguração

R\$ 3,5 mi

Foi o valor investido para a construção do centro de eventos e o recinto de leilões

“Tenho certeza de que esse investimento irá trazer uma renda a mais à entidade e muitos outros resultados positivos na mobilização pelo agronegócio”

Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

Recinto de leilões recebe o nome do 1º presidente do sindicato

O primeiro presidente do Sindicato Rural de Pitanga, Reinaldo Petrechen, mais conhecido como Dico, hoje com 90 anos, foi homenageado pelo atual presidente, Luiz Carlos Zampier. A edificação foi batizada como 'Recinto de Leilões Dico Petrechen'. “Fiquei muito feliz com a surpresa. Com tanta gente que contribuiu para nossa história em Pitanga, fui o escolhido. Me sinto honrado com essa homenagem”, agradeceu.

Dico lembra que a fundação do sindicato ocorreu ainda nos anos 1960 e que de lá até aqui a instituição só esteve em boas mãos. “Com o passar do tempo, fui para a política, cheguei a ser prefeito aqui do município. Mas sempre houve diretorias muito boas. Hoje, nosso sindicato é composto por pessoas muito bem preparadas. A nossa região é agrícola e soube como fazer a transição do tempo em que era explorada a madeira para uma agropecuária forte”, lembra.

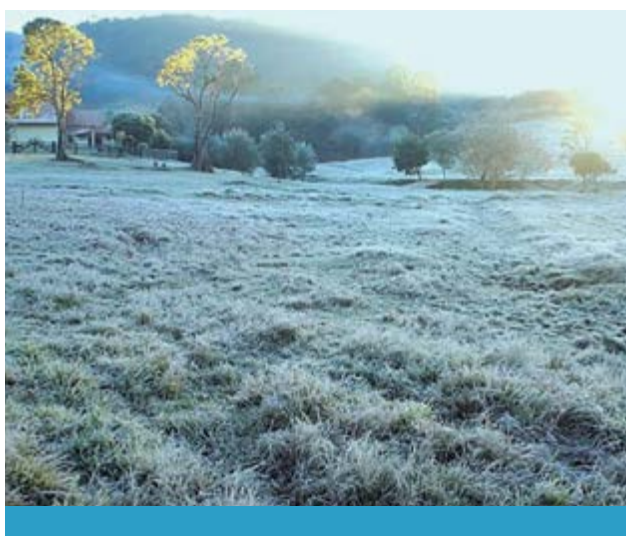
Além de liderança rural e política na cidade, Dico Petrechen é pecuarista. Ele possui uma propriedade em Nova



Tebas, município a 45 quilômetros de Pitanga. O pecuarista conta que passa de três a quatro dias por semana na fazenda, principalmente para realizar a monta todo dia para a lida no campo. “Eu encilho o cavalo de manhã e desencilho só de tardezinha. Fico envolvido na vacinação, rodeio do gado, temos quase só vacas de cria. Tenho isso desde guri, meu pai me ensinou a ser assim e sigo até hoje com minha rotina de trabalho todo dia”, revela.

Alerta de geada que vem pelo celular

Produtores rurais já podem ter acesso ao serviço a partir de aplicativo de *smartphone*



O agricultor paranaense tem, desde o início de maio, mais uma forma de saber se há risco de gear em sua região. O Instituto Agrônomico do Paraná (Iapar) e o Instituto Simepar lançaram um aplicativo para *smartphone* por meio do qual divulgam boletins diários com informações meteorológicas e eventuais alertas de geada. Disponibilizado entre maio e setembro, o serviço é voltado principalmente a cafeicultores, mas também beneficia outros setores, como olericultura e fruticultura.

Chamado “Iapar Clima”, o aplicativo está disponível para celulares que operam com sistema Android e pode ser baixado gratuitamente. No menu, há uma seção “Alerta Geada”, em que são disponibilizadas as informações meteorológicas para o dia e os eventuais avisos sobre riscos de gear. Caso as condições estejam favoráveis à formação de geada, os alertas são emitidos com 48 horas de antecedência. Se as circunstâncias persistirem, as informações são confirmadas 24 horas depois, no boletim seguinte.

Os avisos são emitidos classificando as possíveis geadas de acordo com sua intensidade – fraca, moderada ou forte – e especificando as regiões de ocorrência. O foco está voltado para as regiões em que se concentra a cafeicultura do Paraná – Norte, Noroeste e Oeste. “Com essas informações recebidas em tempo hábil, o produtor pode adotar medidas que protejam suas lavouras. Tomando esses cuidados, as perdas são praticamente zero”, diz a pesquisadora Heverly Moraes, do setor de agrometeorologia do Iapar.

Cuidados

Além de divulgar as informações meteorológicas, o Iapar também indica as precauções que o cafeicultor deve adotar em caso de previsão de geada. Nas lavouras novas – com plantas de até seis meses – a orientação é fazer o “enterrio” (cobrir com terra ou palha) das mudas. O boletim também avisará quando o produtor deve remover a cobertura da lavoura. Em caso de viveiros, o cafeicultor deve proteger as mudas com duas ou três camadas de plástico ou fazer o aquecimento do ambiente.

“Há casos de geadas quase sequenciais, com condições para vários dias. Então, a gente vai informar quando não há mais risco, para que o cafeicultor descubra as plantas”, aponta Heverly.

Para as lavouras de seis meses a dois anos, a indicação do Iapar é uma medida preventiva: proceder o “chegamento” de terra, ou seja, amontoar terra no entorno do tronco até a altura do primeiro par de ramos. Assim que fizer esse procedimento, o cafeicultor pode mantê-lo até setembro, sem prejuízo às plantas.

Todo esse conjunto de ações – emissão de alerta de geadas e a consequente precaução do produtor – já impediram perdas significativas no Paraná. Em 2000, por exemplo, o Estado enfrentou um período extremo, em que foram registradas 12 geadas ao longo de 20 dias. “Esse sistema de monitoramento evitou, na época, prejuízo estimado em R\$ 20 milhões. Com o alerta emitido em tempo hábil, o produtor pode se precaver”, aponta a pesquisadora do Iapar.

Há 25 anos

O aplicativo de celular é apenas mais um canal de divulgação dos boletins de alerta de geada, que são emitidos há 25 anos. O produtor que não tem *smartphone* ou que não está familiarizado com os aplicativos pode ter acesso às informações de outras formas. Pelo telefone, basta ligar para o número (43) 3391-4500. Neste caso, o agricultor vai ouvir um áudio com as informações do boletim. O custo é o de uma ligação telefônica de aparelho fixo.

Há, ainda, a possibilidade de o produtor cadastrar seu número de celular e, assim, receber os alertas por mensagem SMS; de acessar o boletim diretamente no site do Iapar (www.iapar.br) ou do Simepar (www.simepar.br); ou receber os alertas por e-mail, após cadastro prévio. “Essas informações são como um seguro. Se não precisar usar, tudo bem. Mas é muito importante tê-las quando é preciso”, compara Heverly.

Valor de referência do leite sobe em maio

Varição positiva foi registrada em quase todos os itens que compõem o mix de produtos analisados

A desvalorização do Real frente ao Dólar favoreceu os preços do leite em pó no mercado interno. Os preços deste produto estão se recuperando, chegando próximo aos mesmos patamares dos anos anteriores. Situação semelhante se aplica a outros derivados de leite, com destaque para os leites UHT, pasteurizado e spot. Esta e outras informações referentes à cadeia de lácteos estiveram em discussão na reunião do Con-seleite Paraná, realizada no dia 21 de maio, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba. O colegiado – composto por representantes da indústria e dos produtores - se reúne mensalmente na capital paranaense para discutir os preços de referência para a cadeia produtiva do leite.

De acordo com o professor José Roberto Canziani, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), entidade responsável pela metodologia de cálculo para o valor de referência, no primeiro decêndio de maio houve aumento nos preços. A variação positiva foi registrada em quase todos os itens que

compõem o mix de produtos analisado (queijos, requeijão, iogurte, creme de leite, etc.).

Na variação entre o primeiro decêndio de abril e o primeiro decêndio de maio, o valor de referência do leite subiu quase oito centavos (veja a tabela abaixo). Em percentual, a variação entre os dois meses foi de 7,14%.

“Em termos nominais, 2019 segue ganhando dos anos anteriores, mas se considerar a inflação o cenário muda. Nesse caso os valores dos meses de março, abril e maio ficam abaixo dos registrados nos anos anteriores”, explica Canziani.

O Con-seleite aprovou o valor de referência do leite entregue em abril a ser pago em maio em R\$ 1,007. Com projeção de alta, o valor estabelecido para o produto entregue em maio e pago em junho está projetado fechou em R\$ 1,1793. Esses valores estão sujeitos a alterações, conforme os parâmetros de qualidade da matéria-prima. O simulador para cálculo está disponível no site www.conseleite.pr.com.br.

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - MARÇO e ABRIL/2019

Matéria-prima	Valores finais em março/2019	Valores finais em abril/2019	Variação (Abril - Março)	
	(leite entregue em março a ser pago em abril)	(leite entregue em abril a ser pago em maio)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,0882	1,1244	-0,0362	-3,33%

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - PROJETADOS PARA ABRIL E MAIO/2019

Matéria-prima	Valores projetados abril/2019	Valores projetados maio/2019	Variação (Maio - Abril)	
	(leite entregue em abril a ser pago em maio)	(leite entregue em maio a ser pago em junho)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO (R\$/Litro)	1,1007	1,1793	0,0786	7,14%

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de maio é de 2019 é de **R\$ 2,4646/litro.**

A Resolução 05/2019 completa está disponível do site www.conseleitepr.com.br

Visita da Jucepar

No dia 17 de maio, o presidente da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), Marcos Sebastião Rigoni de Mello, e o secretário geral da entidade, Leandro Biscaia, estiveram na sede da FAEP, em Curitiba, para uma reunião com o presidente da Federação, Ágide Meneguette. Na ocasião, os dirigentes alinharam ações que podem contribuir para o desenvolvimento da economia do Estado.



PER completa as turmas-piloto

As últimas três turmas-piloto da versão atualizada do Programa Empreendedor Rural (PER) iniciaram as aulas. Um grupo de 13 pessoas, entre produtores e familiares, começou os trabalhos em Realeza. No município de Itambé, 20 pequenos e médios produtores com seus filhos participaram da sensibilização. Em Campo Morão, metade do grupo de 11 pessoas é formado por mulheres. As turmas-piloto de Arapoti, Londrina, Guarapuava, Toledo, Imbituva, Rio Negro e Tapira completam o grupo voltado para a versão atualizada do Programa, desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, Sebrae-PR e Fetaep. De forma paralela, 35 turmas estão realizando o PER nos moldes tradicionais.



Realeza



Itambé



Campo Mourão

Internet rural no Paraná

Representantes da empresa de telecomunicações TIM estiveram na sede da FAEP, no dia 17 de maio, para apresentar um panorama da evolução da rede da companhia no Paraná. Entre os assuntos tratados esteve a internet rural, que é um dos principais desafios ao agronegócio, já que as inovações em aplicativos, internet das coisas, interconectividade entre equipamentos e outros aspectos relacionados dependem de conexão à rede móvel para funcionar. Participaram da reunião colaboradores do Sistema FAEP/SENAR-PR e dois colaboradores da empresa: Cleber Rodrigo Affanio e Leandro Guerra, ambos da área de relações institucionais da TIM.





ANDIRÁ

SEGURANÇA DO TRABALHO

Nos dias 29 e 30 de janeiro aconteceu o curso “Trabalhador na Segurança do Trabalho – NR35 – trabalho e altura”, promovido pelo Sindicato Rural de Andirá e a empresa Padeigis Agrícola. O instrutor Marcelo Silveira dos Santos treinou 11 pessoas.



ALTAMIRA DO PARANÁ

INCLUSÃO DIGITAL

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa organizou o curso “Programa de Inclusão Digital - introdução a informática”. As aulas com a instrutora Tania Dirlene Ratz Gerstner e 11 alunos aconteceram entre os dias 18 e 29 de março.



TAPIRA

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Umuarama, a Prefeitura Municipal de Tapira, a Secretaria de Agricultura e a Emater promoveram o curso “Trabalhador Volante da Agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31.8”, nos dias 21, 22 e 23 de março. O instrutor Jorge Luiz Dias Alves ministrou aulas para 12 alunos.



PARANAÍ

MANEJO E ORDENHA

Nos dias 21, 22 e 23 de março aconteceu o curso “Trabalhador na Bovinocultura de Leite - manejo e ordenha”, por iniciativa do Sindicato Rural de Paranaíba. Um grupo de 15 pessoas teve aula com o instrutor Luiz Carlos Grossi.



MARIALVA

CONSERVAÇÃO DE FRUTAS E HORTALIÇAS

O Sindicato Rural de Marialva organizou o curso “Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - geleias, doces de corte e doces pastosos”. O instrutor Sérgio Kazuo Kawakami ministrou aulas para 15 pessoas nos dias 25 e 26 de março.



SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Entre os dias 5 e 13 de abril, um grupo de 10 alunos participou do curso “Trabalhador Volante da Agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31.8”, organizado pelo Sindicato Rural de São José dos Pinhais. O instrutor da capacitação foi Murilo Galvão Teixeira.



IVAIPORÃ

MANUTENÇÃO DE MOTOSSERRA

O Sindicato Rural de Ivaiporã e o 1º Subgrupos de Bombeiros Independente de Ivaiporã organizaram o curso “Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motosserra - corte polivalente de árvores”, nos dias 25 e 29 de março. O instrutor Laercio Jorge Kubiak treinou seis alunos.



PALOTINA

AGRICULTURA DE PRECISÃO

O curso “Trabalhador Volante da Agricultura - agricultura de precisão - operação de drones” aconteceu entre os dias 1º e 3 de abril, organizado pelo Sindicato Rural de Palotina. Um grupo de oito pessoas teve aulas com o instrutor Arnaldo Antunes dos Santos Neto.

VIA RÁPIDA



Luz, câmera, ação!

A claquete é um instrumento icônico dos cinemas, usado no início das gravações. Mas você sabe para que serve? O objetivo da claquete é apontar qual a cena está sendo gravada e qual a take (que indica quantas vezes foram gravadas a mesma cena) da filmagem. Isso ajuda na edição, pois quem manipula as imagens saberá onde encaixá-las adequadamente.



Pensar com o estômago vazio

Segundo um estudo feito pela Utrecht University, na Holanda, as pessoas pensam melhor se estiverem com fome. As conclusões disso é que a fome desperta a intuição e as ligações sentimentais das pessoas. Antes de tomar um passo muito importante, melhor estar de estômago vazio.

Fazenda de baratas

Na China, barata também é agro! Além de comestível, o alimento é produzido em escala para a indústria farmacêutica, ração e até eliminação de resíduos orgânicos. Neste último, uma fazenda com 300 milhões de baratas elimina cerca de 15 toneladas de lixo por dia.



Rachadura no Quênia

Há um encontro de placas tectônicas localizado o Quênia, país do continente africano, que causa vários terremotos na região. Desde 2018, uma rachadura tem apavorado os habitantes do Grande Vale do Rift. Cientistas que estudam o caso sugerem que o continente pode se dividir daqui a dezenas de milhões de anos, como aconteceu com a África e a América do Sul há mais de 130 milhões de anos.



Guerra dos tomates

A Tomatina é uma festa tradicional que acontece em Buñol, na Espanha. Pessoas vão às ruas para guerrear, usando como munição o tomate. Fique tranquilo, pois os tomates usados são cultivados propriamente para este fim e não são próprios para o consumo, portanto não há desperdício. Tudo começou em 1945, durante o festival "Gigantes y Cabezudos", após uma encenação de uma briga entre jovens que usaram tomates para se atacarem.



Coisa de doido

O doido estava no hospício, escrevendo uma carta, quando o médico viu e pensou:

- "Poxa, esse cara deve estar bom. Está até escrevendo carta".
- Aí ele perguntou:
- Pra quem é essa carta?
- Ah, é pra mim mesmo, doutor, eu nunca recebo cartas de ninguém.
- E o que está escrito nela?
- Como é que eu vou saber, ainda não recebi!

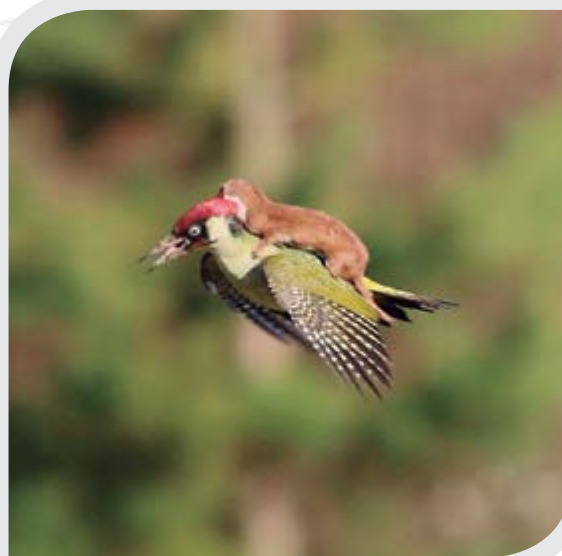


Bico 3D

Antes ser resgatada do tráfico ilegal de animais silvestres, a tucana Tieta perdeu parte do seu bico enquanto estava em cativeiro. Durante o tratamento ela ganhou um bico impresso em 3D, feito exclusivamente para ela. O bico, além de ajudá-la na alimentação, é útil para a impermeabilização as suas penas e a regular a temperatura corporal.



UMA SIMPLES FOTO



VOCÊ QUER FAZER PARTE DO QUADRO DE INSTRUTORES DO SENAR-PR?

A entidade está com edital aberto na área de **bovinocultura leiteira**.

Confira o edital completo no site www.sistemafaep.org.br

SISTEMA FAEP



Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

